



O ódio como um vetor de subjetivação: considerações teóricas sobre os discursos de ódio nas redes sociais digitais

*The hate as a vector of subjectivation:
theoretical considerations about hate speech on digital social networks*

 **Elton André Silva de Castro**

Doutor em Psicologia

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE

Campus Afogados da Ingazeira

Afogados da Ingazeira, Pernambuco, Brasil

elton.castro@afogados.ifpe.edu.br

Resumo: Novas tecnologias da comunicação como as mídias sociais digitais oferecem aos sujeitos as possibilidades múltiplas de ver a si mesmos nos outros internautas, em suas palavras, áudios, vídeos, memes compartilhados. Ao modo de um ensaio, vamos percorrer alguns autores que nos possibilitarão desenvolver reflexões no sentido de explorar a dimensão subjetiva dos discursos de ódio, produzidos e veiculados nas redes sociais digitais. Neste manuscrito defenderemos a proposição de que o sujeito é um elemento central que converte e organiza o caos das significações que povoam a realidade. Enquanto não formos capazes de avançarmos em estratégias de comunicação mais eficientes, estruturando contradiscursos que não tomem todos os nossos interlocutores como subjetivamente inferiores, em um status moral degradado em relação a nossa suposta superioridade, fracassaremos em qualquer ação de seguirmos rumos a cenários em que se preservem não apenas a liberdade de expressão, mas a dignidade inerente ao outro.

Palavras chave: discurso de ódio; redes sociais digitais; afeto; subjetividade.

Abstract: New communication technologies such as digital social media offer subjects multiple possibilities to see themselves in other Internet users, in their words, audios, videos, shared memes. As an essay, we will go through some authors who will allow us to develop reflections in order to explore the psychological dimension of hate speech, produced and transmitted in digital social networks. In this manuscript we will defend the proposition that the subject is a central element that converts and organizes the chaos of meanings that populate reality. As long as we are not able to advance in more efficient communication strategies, structuring counter-discourses that do not take all our interlocutors as subjectively inferior, in a degraded moral status in relation to our supposed superiority, we will fail in any action of moving towards scenarios in which preserve not only freedom of expression, but the inherent dignity of the other.

Keywords: hate speech; digital social networks; affection; subjectivity.

Cite como

(ABNT NBR 6023:2018)

CASTRO, Elton André Silva. O ódio como um vetor de subjetivação: considerações teóricas sobre os discursos de ódio nas redes sociais digitais. *Dialogia*, São Paulo, n. 48, p. 1-19, e24474, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/48.2024.24474>

American Psychological Association (APA)

Castro, E. A. S. (2024, jan./abr.). O ódio como um vetor de subjetivação: considerações teóricas sobre os discursos de ódio nas redes sociais digitais. *Dialogia*, São Paulo, 48, p. 1-20, e 24474. <https://doi.org/10.5585/48.2024.24474>

1 Uma outra ecologia humana, a mesma demanda de pertencimento?

“Os seres humanos estão sempre em movimento. Eles deixam os espaços de suas casas e vão para locais onde ocorrem rituais relevantes no ciclo de vida: templos, igrejas, cabanas de parto, barracas militares ou cemitérios, teatros, cinemas, restaurantes ou parques, e muitos outros lugares. Todos estes são locais outros que não os ambientes em que regularmente residem. Eles podem ir para cruzadas, guerras ou partidas de futebol, como também podem trazer imagens destas para suas casas”
(VALSINER, 2012, p. 199)

Pensar a produção e a difusão de discursos de ódio e como estes fenômenos vem dinamizando as relações sociais em nosso momento atual nos remete a presença e ao uso constante das tecnologias como mediadores intersubjetivos. Há um ineditismo nas redes sociais digitais que determina que repensemos o modo como costumeiramente atribuíamos metas e finalidades aos locais de encontros, aos pontos de intersecção de quem se movimentava através destas novas tecnologias quando elas irromperam como novidade tida como fútil e sem grande importância ou utilidade criativa. Durante muito tempo, ignoramos que aqueles que migraram para estes novos pontos de intersecção e interação social redimensionaram suas existências pautados por uma dinâmica sociocognitiva que não foi percebida claramente.

Das funcionalidades ao estabelecimento de metas para que ocorram estes encontros permanecem a existência de sujeitos em trânsito e em ação comunicando suas motivações, afetivamente implicadas. De tantos deslocamentos, trazem para suas vidas aqueles elementos, aquilo que viram e sentiram das suas viagens virtuais. Desde a observação deste fenômeno por qualquer estudioso à comunicação política de grupos e instituições as redes sociais digitais já se estabeleceram como domínio de interesses múltiplos.

Neste manuscrito, defenderemos a proposição de que o sujeito é uma categoria tanto teórica quanto empírica, em suas múltiplas dimensões biológica, cognitiva, histórica, social, econômica e política, sempre visto como ponto de referência que se submete ou pode atuar com algum grau de autonomia frente às dinâmicas da realidade. O sujeito é um elemento central que converte e organiza o caos das significações que povoam a realidade. O sujeito é uma categoria central que aponta para a potência de dar sentido ao caos do mundo quando, enfim, reconhece seu lugar no mundo.

Ao modo de um ensaio, vamos percorrer alguns autores que nos possibilitarão desenvolver reflexões no sentido de explorar a dimensão subjetiva dos discursos de ódio, produzidos e veiculados nas redes sociais digitais. Resgatamos a proposta de Meneghetti (2011) para que dialoguemos com autores que nos possibilitem explorar nossa questão norteadora, sem

a pretensão de estabelecermos todas as respostas ou um sistema completo capaz de esgotar o objeto de investigação reduzindo-a proposições estanques, para não o esvaziar de sua processualidade dinâmica cotidiana.

Starobinski (2011, p. 23-24) orienta que, percorrendo diferentes autores, elaboremos o ensaio como um:

“saber mais sóbrio e escrupuloso, mas à condição expressa de que este saber seja secundado (...) pelo interesse vivo que experimentamos diante de determinado objeto do passado, para confrontá-lo ao nosso presente, em que não estamos sozinhos, em que não queremos ficar sozinhos. Partindo de uma liberdade que escolhe seus objetos, que inventa sua linguagem e seus métodos, (...) deveria ser, ao mesmo tempo, compreensão da linguagem do outro e invenção de uma linguagem própria; escuta de um sentido comunicado e criação de relações inesperadas no seio do presente. O ensaio, que lê o mundo e se dá a ler, exige a mobilização simultânea de uma hermenêutica e de uma audácia aventureira. (...) Daí resulta uma série de exigências quase impossíveis de satisfazer inteiramente. Formulemo-las, no entanto, para concluir, visando ter em mente um imperativo que nos oriente: o ensaio nunca deve deixar de estar atento à resposta precisa que as obras ou os eventos interrogados devolvem às nossas questões. Em nenhum momento ele deve romper seu compromisso com a clareza e a beleza da linguagem. Enfim, chegada a hora, o ensaio deve soltar as amarras e tentar, por sua vez, ser ele mesmo uma obra, de sua própria e vacilante autoridade.

A clareza da linguagem, desafio de toda escrita acadêmica, é circundada pela sobriedade da construção do texto e a busca de se identificar os sentidos reconhecidos (“comunicados”) e mover-se para a “criação de relações inesperadas no seio do presente” momento de elaboração do texto, desafio com que se depara cada autor. É imperativo, então, “estar atento à resposta precisa que as obras ou os eventos interrogados devolvem às nossas questões”, considerando que o autor do ensaio não deve deixar de propor questões e, além delas, interrogar-se se as obras que elege como seus interlocutores continuam interpelando-o.

Os processos de significação, enquanto condições que estruturam, asseguram e promovem a comunicação entre as pessoas no cotidiano tem sido “capturados” pelos diversos recursos tecnológicos interpostos entre e por aqueles que decidem contactar ou “conectar-se” aos outros que identifica como seus iguais; é necessário afirmar que estes encontros virtuais também oferecem e estão pautados pela tensão que promove a divergência e a tensão discursiva entre os sujeitos que se percebem diferentes ou opostos. Busca-se tanto o encontro pela semelhança quanto o encontro pela diferença até quando o outro é reconhecido como ameaça potencial a ser identificada, um alvo que deve ser combatido por existir ou insistir em coexistir nas redes sociais digitais. Em quaisquer dos casos, os sujeitos existem sabendo que outros habitam este universo e as experiências

concretizadas nele confirmam que é viável continuar habitando e povoando este espaço semipúblico¹ de interação social. Viável na partilha e viável no enfrentamento.

Processos de subjetivação permitem aos internautas a vivência de pertencer a grupos e comunidades, erigindo e sendo constituído por culturas de acolhimento e confirmação das suas identidades e sentimentos de pertencimento identitários. Processos de constituição do sujeito complexificam a configuração e a emergência de modos de pensar a si mesmo como individualidade e perceber a efetividade de um lugar seu, um recorte neste território virtual que demarca sua identidade coletiva.

Novas tecnologias da comunicação como as mídias sociais digitais oferecem aos sujeitos modernos as possibilidades múltiplas de ver a si mesmos nos outros internautas, em suas palavras, áudios, vídeos, memes compartilhados. As redes sociais ancoram os sujeitos que estavam errantes sem pouso e porto seguro para existirem quando estavam sem referências que capturassem seus afetos e traduzissem as suas motivações; a dimensão afetiva das suas subjetividades demandava possibilidades e oportunidades em criar um mundo ou uma realidade que refletissem aquilo que estes sujeitos consideravam ser a legitimidade das suas existências cotidianas.

Além de considerarmos que as tecnologias parecem ter capturado esses processos de significação, estas também impulsionam e conduzem sujeitos e grupos a variados posicionamentos quando temas são postos como focos de conversações. Neste sentido, devemos falar em relações intersubjetivas sustentadas e mediadas por tecnologias produzindo saberes sobre a experiência de viver e “(com)partilhar” o cotidiano da vida. Em uma mesma comunidade, pode-se debater desde o aquecimento global à ameaça da essência do que seria o gênero feminino a afirmação de posicionamentos políticos fascistas e o impossível equilíbrio entre o liberalismo e a deslegitimação de uma cultura de Direitos Humanos; tal configuração, possibilita a atração de diferentes sujeitos que podem identificar-se com ideários racistas e com preocupações, interesses e ações cotidianas ambientalistas. Desconhecer os significados destes conceitos ou postulados não impede os sujeitos de articular discursos que congreguem aberrações lógico-conceituais quase auto evidentes.

As relações sociais estabelecidas tornam-se objeto de partilha em ambientes que não se caracterizam mais, exclusivamente, pelo encontro corporal ou, poderíamos dizer, físico-biológico, canônico ou analógico entre as pessoas. Estas novas relações sociais têm sido transportadas para “ambientes ecologicamente diversos” daqueles configurados por uma realidade percebida, como anteriormente referido, numa configuração físico-biológica e culturalmente canônicas; agora são exigidas outras capacidades perceptivas, mobilizando nossos sentidos, operando através de canais

¹ Semipúblico porque percebemos instantes diversos em que os sujeitos podem recolher-se em seus anonimatos, reapresentando-se quando há conveniência da sua participação.

comunicacionais diversos do contato corporal, da escuta e da fala, da visão do corpo pautados pela percepção da presença física do outro. Poderíamos, então, falar agora em novos ambientes ecologicamente singulares: ambiente digital/virtual que nos oferece as redes sociais como exemplo de um novo paradigma de interação entre sujeitos, agora resignificados como internautas².

Estas novas interações sociais, um conceito que agora deve ser resignificado com maior rigor teórico, transmuta-se em jogos ou trocas interativas que tornam imprescindível a capacidade de ler e produzir saberes tendo outros parâmetros de regulação: a percepção e a decifração de uma imagem fixa (por exemplo, um meme), de uma imagem em movimento (por exemplo, um vídeo), de um outro formato de texto (por exemplo, um breve comentário ou um “textão”) e de um ícone (por exemplo, um polegar expressando “like”) e, assim, todos estes elementos traduzem isolados, pareados ou em complexo conjunto, uma nova perspectiva da realidade. Perspectiva de um mundo virtual enquanto uma outra dimensão da experiência existencial dos sujeitos humanos. Perspectiva onde cada um deve posicionar-se como audiência passiva ou ativa, como interlocutor(a), como autor(a), como apoiador(a), como membro de determinado grupo ou comunidade, como administrador(a) de determinado grupo ou comunidade, como opositor(a) de determinado grupo ou comunidade virtual.

Nunes (2015, p. 67-68) verificou que, a disseminação do ódio nas redes sociais ocorre quando os “próprios usuários constroem redes abrangentes, voltadas a todo seu ciclo de amizades, e nessa abrangência que disseminam o seu ódio, que antes vinha guardado no seu íntimo”. Em suas análises, a autora ainda nos indica que tais indivíduos buscam uma liderança a quem possam seguir e a localização de um lugar em que possam expressar-se sem serem reprimidos.

Como se vivêssemos em duas realidades paralelas que podem tocar-se, somos compelidos a deslocamentos e permanência cada vez maiores em ambientes ditos virtuais, navegando (não mais caminhando por lugares físicos) através de redes sociais³ que nos conectam com grande poder de fixação a pessoas e temas mobilizando nossos modos de pensar, de sentir e de agir. Mas não é apenas assim: não se trata de afirmar um “como se...”, no dizer de Valsiner (2012, p. 194) e tomando por empréstimo suas elaborações, nos permitimos avançar:

² Para Malini e Antoun (2012, p. 72): “A narrativa nas redes sociais da internet é sempre permeada de histórias paralelas, de idas e vindas, de agregações de sentido, de confrontos de personagens (perfis), que só faz alastrar as ambiências em que o fato é vivido, transformado e tomado público”. As dinâmicas entre internautas expressarão suas intenções, seus desejos, suas motivações, suas identidades (em transformação) em constante dinâmica que os lançarão em tramas comunicativas indicando a necessidade de pertencimento coletivo.

³ Segundo Santos (2014), as redes sociais podem ser compreendidas como “plataformas web” que oferecem aos seus usuários a possibilidade de construir um perfil pessoal e público, permitindo ainda a conexão com outros usuários (compreendidos como “amigos”), sendo “seguidos” em suas publicações (frequentemente nomeadas como “postagens”).

Dentro desses ambientes, o direcionamento social-institucional assume a forma do estabelecimento de contextos dramatizados de atividade: situações públicas em que seres humanos participam em maior ou menor extensão, experienciando sugestões sociais para sentir, pensar e agir conforme socialmente esperado. Por vezes, tais dramas públicos acarretam a perda da vida de algum dos participantes, como nas execuções públicas, nos duelos ou nas expedições de caça. Essa perda da própria vida é apresentada através dos significados particulares ligados aos desempenhos de papel dos participantes.

A referência histórica recuperada pelo autor bem poderia estar restrita aos eventos medievais ou pré-modernos que compõem a nossa história retratada pelos estudiosos. O encontro que encena o drama e executa os papéis foi transportado e reconfigurado, permanecendo as dimensões do sentir, pensar e agir na caracterização dos atores que atuam nos jogos comunicacionais intersubjetivos virtuais mediados por tecnologias digitais.

As transformações subjetivas decorrentes destas experiências de interconexões nos conferem outras identidades, outros papéis sociocomportamentais, outros pontos de referência comunitárias, outras estratégias de comunicação, outros saberes que, aparentemente, nos capacitam à manutenção contínua de diálogos ou monólogos ante a “presença do outro” que surge como signo atestando que não estamos sozinhos ou, ao menos, indicando que alguém nos vê, nos lê e nos ouve. Existimos no mundo virtual, aparentemente, como retorno ou um eco daquele efeito que produzimos no último instante sobre aqueles que compõem a nossa audiência.

Santos Júnior (2014), em seus achados empíricos, indica que há uma “retórica da intransigência e da intolerância” promovendo engajamento político, constituindo o chamado “hater” político que se associa com seus pares numa “rede de oposição radical”.

Estruturam-se lugares ou posições nesta outra dimensão da realidade quando estamos diante do debate ou do embate frente a determinado tema mobilizador. Apoiamo-nos em Libardi (2016), quando este afirma que os discursos produzidos casualmente ganham configurações formais quando são publicados, alterando seus valores e, portanto, adquirindo potencial para mobilizar outros discursos ou conduzir internautas em atos de aprovação, desaprovação, compartilhamentos e/ou complementação dos argumentos de base que estruturam tais produções imagético-discursivas.

Almeida, Nakamura e Nakamura (2017) salientam que os discursos de ódio, ao se dirigirem ou tomarem como referência uma pessoa ou grupos de sujeitos, focalizam características singulares tendo o gênero, a raça, a religião, a etnia, a nacionalidade, algum tipo de deficiência ou a orientação sexual como motivos para suas ações comunicativas.

Na ausência de argumentos claramente articulados numa perspectiva lógica, resta-nos também a reverberação contínua, por catarses sucessivas, numa trama retórica que aparenta conter significados partilhados na comunidade que nos situamos. Compartilhamos significados presentes

nos discursos em pauta e/ou afetos produzidos no calor de um encontro intersubjetivo? Poderíamos, ainda, nos questionar se de fato há sempre encontro intersubjetivo no mundo virtual, se a cada comentário e/ou compartilhamento somos sujeitos.

Discursos de ódio podem ser eleitos como paradigmáticos dessas dinâmicas de produção de significação nas redes sociais, fazendo emergir uma dimensão paralela e, frequentemente, interconectada, à dimensão canônica da vida cotidiana. O que não pode ou ainda não poderia ser dito no calor das ruas, no espaço público da cidade, pode ser ancorado nas tramas comunicativas das redes sociais.

Embora possa parecer que o discurso de ódio⁴ deva ser algo passível de sofrer sanção de alguns internautas por pautar-se na expressão de conteúdo malicioso, intencionalmente produzido para atingir ou lesar a imagem ou representação de determinado sujeito ou grupo, nas redes sociais ele adquire um outro estatuto, pois torna-se “socialmente aceito à medida que ele é sistematicamente desenvolvido: em um primeiro momento, para discriminar, e depois, para oprimir” (PARKS, 2013 apud LIBARDI, 2016).

A produção de discursos de ódio tem adquirido legitimidade a partir de suas comunidades de origem e/ou daqueles que os significam como produções aceitáveis de um legítimo exercício da liberdade de expressão, na percepção de certos grupos. Esta afirmação, por mais absurda e criminosa, vem sendo reverberada com base na ampla aceitação de uma liberdade que ignora a existência de outros princípios éticos que devem igualmente regular nossas condutas no cotidiano. Sem o reconhecimento do outro como existência legítima, deste outro sujeito como singularidade e dotado de autonomia e pleno de respeito, não é concebível a defesa da liberdade de expressão que pode até autorizar a coexistência de discursos que justifiquem a eliminação de um sujeito, a impossibilidade de haver alteridade.

O que poderia ser um comportamento já pacificado pela inequívoca conclusão do mal advindo dos horrores da Segunda Guerra Mundial, estabelecendo valores pautados numa cultura de Direitos Humanos, a intolerância⁵ e a violação da dignidade humana se reapresentam como significados em voga e com grande potencial de mobilização de grupos sociais diversos.

⁴ Pereira e Caldas (2017, p. 130) nos diz que “o sujeito se identifica com a onda de manifestações ofensivas e, portanto, adere à corrente com um sentimento de pertencimento incomum em seu cotidiano”. E acrescenta: “A subjetividade, portanto, vai se formando e conformando a parte das ferramentas de sociabilidade que internet oferece”.

⁵ Bauman (1999, p. 16) aponta elementos contraditórios no projeto da modernidade. Ele nos diz: “A intolerância é, portanto, a inclinação natural da prática moderna. A construção da ordem coloca os limites à incorporação à admissão. Ela exige a negação dos direitos e das razões de tudo que não pode ser assimilado – a deslegitimação do outro. Na medida em que a ânsia de pôr termo à ambivalência comanda a ação coletiva e individual, o que resultará é intolerância – mesmo que se esconda, com vergonha, sob a máscara da tolerância (o que muitas vezes significa: você é abominável, mas eu sou generoso e o deixarei viver)”. Bauman, ainda, faz referência a Susan Mendus que alerta para um aspecto não facilmente observado: “a tolerância implica que a coisa tolerada é moralmente repreensível. Outra implicação é de que pode ser alterada. Falar em tolerar o outro implica que é para descrédito dele o fato de não mudar aquela sua característica que é objeto da tolerância”. Assim, podemos afirmar que a tolerância não assegura o respeito ao outro como subjetividade singular e legítima. Há, na tolerância, o contínuo risco de eliminar, subjetiva e fisicamente, a existência do outro no cotidiano quando este não for capaz de ascender ao status necessário que o normalize em um quadro de referência arbitrário.

Significados mobilizam sujeitos e grupos para declarar um lugar ou perspectiva de onde falam e para com quem pretendem manter-se em conexão; estabelecendo também outras configurações do público e do privado, na expressão de Bauman (1999), fazendo ressurgir a figura do estranho.

Como provocador da nossa tolerância, a figura do estranho se insinua questionando a nossa capacidade de aceitar a convivência com o outro que diverge radicalmente de nossa subjetividade. Os outros são estranhos. Estão distantes e podem se fazer próximos.

Bauman (1999, p. 68-69), retomando as reflexões fundamentais de Georg Simmel, nos diz:

O estranho, com efeito, é alguém que se recusa a ficar confinado à terra 'longínqua' ou a se afastar da nossa e, assim, *a priori* desafia o expediente fácil da segregação espacial ou temporal. O estranho entra no mundo real e se estabelece aqui, tornando-se assim *relevante* – ao contrário daqueles meramente 'não familiares' – quer seja amigo ou não. Ele entrou no mundo da vida *sem ser convidado*, com isso lançando-me para o lado do receptor da sua iniciativa, transformando-me no objeto da ação de que ele é o sujeito – tudo isso, lembremos, é marca notória do *inimigo*. Mas ao contrário de outros inimigos 'sinceros', este não é mantido a uma distância segura nem do outro lado da linha de batalha. Pior ainda, ele reivindica o direito de ser um objeto de *responsabilidade* – o bem conhecido atributo do *amigo*. Se lhe impomos a oposição amigo/inimigo, ele fica ao mesmo tempo sub- e sobredeterminado. E assim, por extensão, expõe o fracasso da própria oposição. Ele é uma ameaça constante à ordem do mundo.

No mundo virtual, um imenso contingente de “estranhos” vem requisitando o poder de falar em nome próprio e reivindicar, em suas percepções, direitos até então restritos a determinadas classes sociais; isto provoca a tolerância daqueles que silenciavam sua intolerância no cotidiano e estes estranhos multiplicam-se em suas publicações nas redes sociais. Um campo de tensão se instala onde é possível atuar com a autoridade de quem é “administrador” de um perfil no Facebook, Instagram, Twitter, de um blog ou de um canal no Youtube.

Frey (2003, p. 17) nos permite ampliar um pouco mais esta imagem do estranho: “Os estranhos ainda são percebidos como portadores de diferenças que causam medo e indefinição, porém, hoje os estranhos se tornaram mais onipresentes em nosso mundo social”. Podemos considerar que o internauta (não importa se produtor de discurso de ódio ou alvo deste discurso) pode personificar a figura do estranho na medida em que vem afirmando, com contundência, um direito de expressar uma voz, mesmo que alguns pretendem calar a voz de quem possa ser percebido como dissidente. Na internet, o estranho, enfim, pode afirmar-se como onipresente. Se for operacional este conceito para pensarmos as dinâmicas comunicacionais das redes sociais e sua reverberação no cotidiano, será necessário ponderar que aqueles que proferem discursos de ódio vivem com tranquilidade produzindo a violência como resposta para acalmar e estabilizar os pontos de tensão na realidade, que teima em negar que todo o mundo lhes pertence. Este outro-estranho

que nos olha percebe em nós, que sustentamos uma cultura de respeito aos Direitos Humanos, a oposição e ameaça a sua existência.

É possível que algumas das dificuldades inerentes quando intencionamos estabelecer diálogos com estes-outros-estranhos resida em nossos limites de suportar uma conversação com quem afirma seu lugar de legitimidade na defesa de uma realidade ilógica pautada, em conclusões decorrentes de falsos argumentos, que equilibram universos subjetivos que precisam das suas comunidades de origem para que possam existir enquanto sujeitos. Nós, que não fazemos parte destas comunidades e nem as observamos para compreender que permaneceram nestes estados de negação da diferença, precisamos imaginar outras estratégias de comunicação que devem ser elaboradas para acessar aqueles sujeitos que foram atraídos por demandas legítimas de pertencimento e podem ter sido negligenciados em suas condições de fragilidade e de desamparo subjetivo.

A internet como território de enorme fugacidade e transitoriedade, permite a emergência de tipos subjetivos que até então situavam-se geograficamente em territórios invisíveis no cotidiano; eram aqueles que não dispunham de uma ferramenta tecnológica que lhes permitissem falar sem serem censurados pela contra-argumentação e pela exigência de se responsabilizar pelo conteúdo de seu discurso quando manifestando-se no espaço público. Nas redes sociais, publicando, apagando imediatamente determinado conteúdo ou sendo apoiado por seus “seguidores” pôde, enfim, perceber-se sem limites, não sendo levados a qualquer responsabilização por sua ação.

O estranho, mesmo que geograficamente tão próximo (Bauman, 1999), é revisto como o inimigo do instante presente que ameaça a segurança de comunidades inteiras, pondo em risco as subjetividades que se afirmam em meio a discursos e produções imagéticas desafiadoras de referências civilizatórias. Talvez a estranheza de nos depararmos com discursos de ódio produzidos e veiculados livremente nas redes sociais surja como elemento de tensão frente a uma modernidade que se quis redentora da barbárie. A barbárie parecia ter sido enterrada, quando diversas nações se tornaram signatárias de tratados de paz e de documentos que preconizavam o respeito à diversidade cultural, a defesa do exercício da liberdade e a proteção da autonomia dos países membros de uma comunidade humana universal⁶.

Parecia-nos ter sido, enfim, possível a conquista um estágio em que uma racionalidade advinda e praticada pela ciência lançaria por terra toda e qualquer crença baseada em preconceitos,

⁶ Macedo (2016) investigando os chamados linchamentos virtuais percebeu que os internautas atuavam produzindo eventos que se estruturavam em momentos que partia da exposição de um determinado fato, à formulação um tom de denúncia que requisitava um julgamento e atingia o justicamento popular. Ficou evidente que o exercício de um poder paralelo pelos internautas, se sobrepondo a um Estado Democrático de Direito, passou a operar.

em erro e saberes refratários à experimentação e a aplicação de uma hermenêutica rigorosa sustentada pelo raciocínio lógico e pelo rigor ético que não sobreviveriam ao teste da realidade. A conquista da democracia como prática política onde a diversidade de vozes pudesse ser ouvida também seria um dos sustentáculos da civilização, onde o debate público faria emergir o conflito salvaguardando a diferença de opinião e sua legitimidade como perspectiva da realidade, onde os direitos fossem construídos, conquistados e exercidos com igualdade de condições e possibilidades do contraditório.

As contradições do nosso tempo foram transportadas para o mundo virtual e nas redes sociais elas ganharam amplitude, nelas tiveram seu potencial de virulência várias vezes multiplicado. Intolerância e preconceito parecem ter alterado sua valência: afirmar-se intolerante e praticante de preconceitos, discriminando outros sujeitos sociais ou internautas e, para o horror de muitos, vem se constituindo em comportamento afirmado como legítimo e potencializado como parâmetro de participação política no espaço público por certos grupos de sujeitos num claro exercício fascista de ocupação no espaço público no cotidiano da vida.

Discursos de ódio podem ser compreendidos também como “apologia abstrata ao ódio” (Pauly, 2015). Esta autora faz referência aos recentes movimentos revisionistas na Alemanha que buscam elaborar discursos revisionistas do Holocausto, produzindo uma nova e falsa narrativa da História; um movimento de negação da violência factual e do assassinato que configurou o genocídio de grupos selecionados como alvos. Uma vez eliminada a narrativa pungente e dolorosa que foi elaborada a partir da dor de ver imensos contingentes populacionais serem conduzidos a morte, criaram-se outras “versões” que esvaziaram sentidos produzidos ante o horror da barbárie vivenciada por determinados sujeitos e grupos percebidos e significados como particulares.

Um distanciamento seletivo entre casos compreendidos como particulares e que não adquirem mais relações de identidade e pertencimento ao coletivo de toda humanidade configura um raciocínio que desqualifica e deslegitima determinados grupos em sua singularidade subjetiva. O próprio conceito de dignidade⁷ sofre um abalo pois não mais se destina ou pode ser reivindicado por qualquer sujeito humano. Perdemos, diante da produção e propagação de comportamentos intolerantes, a noção de que todos nós pertencemos a mesma comunidade humana.

Na base do discurso de ódio podemos localizar a circulação de preconceitos, numa atribuição constante de estereótipos que, em si mesmos, contém elementos positivos ou negativos que são manejados pelos internautas na produção de perspectivas de fala e de atribuição de

⁷ O conceito de dignidade da pessoa humana possui diferentes acepções, podendo ser abordado a partir de diferentes disciplinas científicas e filosóficas. Azevedo (2002, p. 109), na tentativa de explorar as definições para a dignidade, localiza sua acepção antropológica: “Do ponto de vista antropológico, em segundo lugar, o homem não é uma ‘mente’, que tem um corpo; ele todo é corpo”. E complementa “(...) a mente também é corpo!”. Uma fala sobre o outro é um discurso sobre o corpo e a mente do outro, sobre sua subjetividade, sobre sua presença no mundo, sobre sua existência.

classificações estanques e limitadoras sobre os diversos sujeitos⁸. Quando são operadas estratégias de discriminar, passamos a atribuição de posições de superioridade entre sujeitos e grupos.

Reconhecer a alteridade como um dos princípios balizadores de nossa existência e presença no mundo nos capacita ao exercício da tolerância que se reconfigure como respeito em consideração à dignidade do outro, conduzindo-nos à compreensão da coexistência numa comunidade de pares, ao mesmo tempo que sinaliza que não estamos sozinhos na experiência da vida cotidiana (Pereira; Caldas, 2017). O reconhecimento da alteridade como indicador de uma diversidade de posições subjetivas pode, frequentemente, nos lançar em situações conflituosas nos exigindo a habilidade de negociar pontos de vista e perceber a existência de outras perspectivas de mundo.

2 A centralidade do sujeito na organização do caos da realidade.

“(…) Para criar estabilidade, do ponto de vista psicológico, a pessoa cria dispositivos semióticos – campos de significação – que vão estabilizar, temporariamente, ‘o caos sempre à espreita’ (Boesch, 2005) posto diante da pessoa que experimenta o que é inédito. Essa construção semiótica é constante e superabundante: a criatividade da psique humana, ao gerar novos significados dentro do viver a própria vida, é hiperprodutiva” (VALSINER, 2012, p. 251).

A partir de uma perspectiva interacionista, compreendemos a constituição do sujeito humano enquanto processo que envolve uma variedade de dimensões marcadas pela constante produção e potencialização simbólica das experiências vividas aos pares. Nós nos constituímos porque estamos convivendo com nossos outros sociais em contextos culturais que nos conduzem e nos permitem inscrições de nossa presença e ação na vida cotidiana. Faz-se, agora, um recorte para a dimensão subjetiva em sua expressão psicológica que oferece as bases para a subjetivação da realidade por sujeitos cultural e historicamente situados; tal afirmação advoga que compartilhamos este campo semiótico comum das trocas intersubjetivas na dimensão da significação ancorada nas redes sociais digitais.

Para Malini e Antoun (2012, p. 74) “a internet rompe com o privado, tonando tudo que é íntimo, público. E o perigo da publicização exacerbada da vida é repetir aquilo que a internet diz ter superado: a verdade a ser construída a partir de um poder massificado em rede”. O encontro

⁸ Podemos propor uma classificação ou enquadramento subjetivo nas interações nas redes sociais: os diversos internautas com quem os produtores de discursos de ódio estabelecem suas comunicações são aqueles: 1) referentes de sua fala, posicionados enquanto destinos do seu ódio; 2) também configuram aqueles com que buscam divergir, por serem significados como defensores dos seus alvos de ataque e, finalmente, 3) surgem aqueles com quem estabelecem relações de interlocução privilegiada, porque são reconhecidos como iguais e parceiros na manifestação dos seus afetos e identificados as suas cognições.

público na internet é o encontro entre sujeitos que se afirmam ou se negam em seus desejos e em suas motivações. Neste encontro, passível de ser visto por incontáveis outros internautas, perde-se o controle sobre as palavras declaradas e registradas, sobre as imagens expostas. Cada um que observa este encontro apropria-se do que vê em tantos conteúdos veiculados segundo e a partir das suas posições subjetivas e com referências aos grupos identitários que o abriga.

Neste sentido, Valsiner (2012, p. 251) afirma que:

A experiência afetiva é socialmente regulada mediante sugestões sociais que são codificadas nos signos, em diferentes níveis de generalização e nos três domínios encaixados nos quais a experiência flui continuamente – o microgenético, o mesogenético e o ontogenético.

Cada experiência é sempre uma experiência particular, mas que contraditoriamente, um internauta pode abrir-se ao outro com quem interage em processos de identificação. Valsiner (2012) nos diz que atribuímos significações às experiências cotidianas. Estas significações guiam os nossos comportamentos, as nossas percepções da realidade partilhada num tempo significado e ancorado em narrativas que construímos por nós mesmos, com o outros, que frequentemente, comunicamos aos nossos pares em contextos coletivos.

Sabendo que as experiências vividas imediatamente por cada sujeito decorrem num tempo irreversível. O tempo é uma variável histórica e subjetiva que não se submete ao desejo de controle dos sujeitos humanos. Restaria a cada um surpreendido por eventos simbólicos discursivos/imagéticos produzidos e emergentes nas interações sociais ancorá-los em campos de significação que traduzam o ineditismo do fenômeno e do afeto a ele relacionado. O afeto pode ser nomeado ou experienciado como fenômeno não convertido em palavras, portanto ainda não circulante nas interações discursivas entre os sujeitos.

Prossegue Valsiner (2012, p. 252) defendendo que as:

culturas pessoais são ferramentas para criar estabilidade subjetiva contra um cenário de fundo atravessado pelas inevitáveis incertezas da experiência. São assistidas, nesse processo, pela canalização coletivo-cultural dessas experiências dentro de contextos de atividade culturalmente estruturados. Esses contextos operam como um nível organizacional mesogenético dos modos culturais do ser. O nível mesogenético consiste em cenários ou contextos de atividade situada relativamente repetitivos: rezar, ou ir a escola, ir ao bar, tomar uma ducha ou banhar-se, são molduras recorrentes para a ação humana, canalizando a experiência subjetiva mediante o estabelecimento de um gama de possibilidades nas quais essa experiência toma forma.

As práticas culturais descritas por Valsiner (2012) servem como elementos ilustrativos de modos de fazer e de agir no cotidiano promovidas em diferentes níveis pelo estabelecimento das interações sociais afetivamente marcadas. Ao propor a expressão “modos culturais de ser”, o autor

destaca que não há possibilidade de existir como individualidade descolada de determinações culturais. Dentro daquilo que ele denomina de “uma gama de possibilidades nas quais essa experiência toma forma”, reconhecemos:

a) os processos de significação permitindo aos sujeitos as possibilidades de compreender a constelação de eventos em seus simbolismos e,

b) as possibilidades de traduzi-los em seus universos mentais povoados de cognições, proto-cognições (de pré-elaborações do seu entendimento da realidade) e de afetos.

Da experiência social compartilhada ou vivida/interpretada como imposição de perspectivas que não encontram correspondentes nos campos de significação das suas históricas particulares, os sujeitos permanecerão à deriva e desamparados frente a tensão do ineditismo e do desconhecido⁹.

Apresentando a ontogênese como “o mais duradouro aspecto da vida cultural humana”, Valsiner (2012, p. 252) defende, ainda, que:

(...) certas experiências selecionadas – algumas diretamente do domínio microgenético, mediante eventos mesogenéticos recorrentes – são transformadas em estruturas de significados relativamente estáveis, que orientam a pessoa dentro de seu curso de vida.

Não há como duvidar sempre da legitimidade de emoções manifestas em contextos de interação social com alto grau de exposição pública, televisionada, transmitida em tempo real pelas redes sociais e, equivocadamente, concluir pela mera adoção de uma classificação diagnóstica em saúde mental ou de alteração psicopatológica. Em que pese a interpretação do comportamento destoante para quem o assiste como uma expressão aberrante de um marcador de não tipicidade daquilo que denominaríamos como expressão de normalidade ou patologia, os sujeitos assumem suas emoções e sobre elas e, a partir delas, nomeiam seus afetos com as opções que dispõem em seus repertórios discursivos.

Os sentimentos que surgem como palavras declarando o seu estado emocional produzem a mínima estabilidade cognitiva necessária para que possam compartilhar a experiência vivida em produções comunicacionais imagético-discursivas que, fazendo sentido para eles, oferecem estabilidade psicológica. Odiar, para alguns e para muitos, pode ser um ponto de intersecção comum que produz sentido psicológico e, conseqüentemente, existencial em um mundo

⁹ É possível que parte da dificuldade para o estabelecimento do diálogo com e entre diferentes grupos de sujeitos esteja assentada na inexistência de um campo comum de significação que seja capaz de traduzir os novos sentidos frente a este mundo novo, com novos sujeitos políticos surgidos no encontro e no debate público. Temáticas discursivas propostas por novos sujeitos políticos, por exemplo, como os integrantes identificados à comunidade LGBTQIA+ tensionam e ameaçam a parca estabilidade subjetiva de quem não compreende uma realidade que muda apresentando e requisitando tanto um novo repertório vocabular, quanto a expressão pública de competência para argumentar sobre a ocupação legítima deste mesmo espaço para o encontro público de diferentes sujeitos políticos.

tecnológico que lhes oferece mecanismos de tradução e expressão pública quando professam desejos e planos de aniquilação do outro como inimigo e ameaça a ser identificada¹⁰.

Todas as significações estão carregadas não só de conteúdos cognitivos, de leituras da realidade, mas de afetos que se entrelaçam e que emergem na experiência. Para Valsiner (2012, p. 251): “O lado mental-reflexivo (ou “cognitivo”) é uma ferramenta semiótica emergente para organizar o relacionamento afetivo com o mundo”. Em outras palavras, organizamos a nossa experiência no mundo significado através das reflexões em suas dimensões cognitiva e afetiva. Os nossos sentimentos estão ancorados no contexto cultural onde existimos como entidades subjetivas. Somos sujeitos numa trama de significados que conformam modos de olhar este mesmo mundo; nós agimos, pensamos e sentimos a partir de referenciais semióticos que a cultura nos apresenta.

Podemos acrescentar que a emergência deste mundo virtual, da internet, das redes sociais, dos sites de publicação de notícias, nos oferece outras referências discursivas para que manejemos e demonstremos nossa capacidade de, utilizando-as, afirmar nossa subjetividade. Há uma nova experiência subjetiva em curso, que vem desencavando expressões de nossos afetos nem tão novos assim. O ódio vivido e dirigido em âmbito restrito encontrou na experiência do mundo virtual uma nova potencialidade para sua efetivação.

Apoiamo-nos em Valsiner (2012, p. 251) para afirmar que nesta experiência imediata, instantânea e em tempo real transmitida sem freios, registrando-se numa temporalidade singular, permite-se a estruturação de outros desenhos de estabilidade psicológica por, justamente, conformar “novos campos de significação” que vão organizando a experiência caótica em que se colocam os sujeitos. Novos campos de significação até então, não percebidos em capacidade de exprimir afetos numa dimensão virtual da vida, onde a presença física (orgânica) é dispensada, onde não há a necessidade de encontrar o outro presencialmente para partilhar e identificar-se com sua subjetividade.

Com Valsiner (2012, p. 252) defendemos que se criam “culturas pessoais” enquanto “ferramentas” capazes de “criar estabilidade subjetiva contra um cenário de fundo atravessado pelas inevitáveis incertezas subjetivas”. É possível que a experiência compartilhada aos pares, ao possibilitar o sentimento de pertencimento a grupo ou comunidade virtual, crie lastros de identificação pautados na partilha do afeto que, percebido/nomeado, seja ancorado nos campos de significação. Assim, cada sujeito percebe sua presença sentida/identificada nas palavras que são

¹⁰ Tais comportamentos de ação violenta afastam-se radicalmente de uma participação política legítima, que determina o equilíbrio e a convivência mútua pela disputa argumentativa e na negociação contínua entre o consenso e o dissenso, democraticamente orientados.

ditas em texto e em áudio e nas imagens que são publicadas circunscrevendo, inclusive, aquilo que ainda não foi nomeado.

Há uma aproximação entre esta concepção de Valsiner de cultura pessoal, os desenvolvimentos de recursos semióticos para compreender o caos da realidade cultural e o que Vigotski se refere quando fala de desenvolvimento primário e final em interação com o meio. Informações, dados, fatores, ou mais acertadamente, significações culturais do sujeito e do contexto cultural entram em confluência.

Para Valsiner (2012, p. 255), embora os processos neurofisiológicos constituam a base da produção e expressão dos sentimentos e emoções, estes não são redutíveis a sua fisiologia. Eles requisitam características subjetivas que têm sua gênese na mediação semiótica. Neste sentido, consideramos que a afetividade se configura num domínio que pode escapar à descrição da linguagem verbal e, assim, assistimos, por exemplo, a publicação e a reprodução de imagens como que se colocando no lugar daquilo que ainda não pode ser dito por determinado internauta. A este sujeito pode faltar um repertório discursivo ou competência para articular diferentes elementos ou conteúdos de significação que lhe permita expressar suas motivações e seus afetos concernentes a determinado tema ou fato explorado na tela do celular ou do computador.

Dada à inacessibilidade verbal de muitas experiências subjetivas, podemos considerar a partir deste autor, que o sujeito humano é movido pela capacidade e motivação para comunicar o que vivencia. Sua ação torna-se, converte-se na e pela intenção de dizer o que sente. É possível que este “mundo subjetivo do ser humano”, nas palavras de Valsiner (2012, p. 256) apresentando-se como “totalidade complexa” (porque referente à vida toda do sujeito) se imponha como um esforço de significação. A realidade do mundo acolhe e oferece aos sujeitos humanos demandas de significação pelos sujeitos humanos passíveis de serem ancoradas em seus processos perceptuais, em seus processos de cognição social.

Com evidente diálogo com Vigotski, Valsiner (2012, p. 283) caracteriza os seres humanos ocupados em reconstruir seus “mundos intrapsicológicos pela constante troca de materiais perceptivos e semióticos com o ambiente. A base perceptual – uma capacidade fisiológica do corpo humano – é necessária para toda construção das funções psicológicas superiores (semióticas)”. Para esclarecer o que quer dizer com reconstrução constante do seu mundo intrapsicológico, Valsiner (2012) trata da dinâmica de internalização/externalização semiótica. Por internalização ele se refere a um processo construtivo em forma interna com singularidade, opera-se desde uma síntese do que há no campo de significação externo até pequenas modificações de sua apresentação original. Na externalização, o trânsito de significações do interno ao externo retroalimenta o campo

perceptual do sujeito e se inserem “prospectivamente” no próprio processo de internalização subjetiva.

Importante considerar que Valsiner (2012, p. 283) defende que essa dialética interno/externo e seus processos internalização/externalização são dinâmicos e:

transpõem o material semiótico (estruturas de significado baseadas em valor e afetivamente conotadas, existentes nos campos intrapsicológicos da pessoa) para o domínio da ação externa. Esta última produz resultados que estão inter pessoalmente percebidos – seja ao falar (interação), ou ao mover-se na situação, ou na reconstrução material do ambiente.

Podemos imaginar que há algo que ainda não pode ser dito por determinado internauta, então ele poderia apoiar-se no que encontra publicado como representativo do que sente e não é capaz de organizar narrativamente. O processo de constituição do sujeito é marcado tanto pela vivência da experiência (em suas significações possíveis, e quando possível, convertidas em narrativas de si mesmo e das suas experiências subjetivas), quanto ao manejo destas significações primárias em um plano de reinterpretação constante do que experimenta cada sujeito e compartilha em seus pares interacionais.

Deste modo, tratamos de conteúdos que não se reduzem a linguagem verbal, mas a ação mediada pelos outros sujeitos em contextos interacionais marcados pela tensão das singularidades que se expressam ou buscam expressão. Valsiner fala em “estruturas de significado baseadas em valor e afetivamente conotadas”, que compreendemos configurar-se enquanto conteúdos semióticos de cada sujeito em sua particularidade. E ainda fala sobre a percepção elaborada pelos outros-sociais nestes campos semióticos públicos e reconhece as implicações dos seus pares interacionais, ao menos reconhece que eles o afetam, pois emerge com colorido afetivo ancorado em referências contextuais (culturais, sociais, políticas, simbólicas em um sentido mais amplo).

3 Concluir, agora, seria apenas mais um erro

“Os homens podem ser agentes livres somente mediante essa mútua e constante desobrigação do que fazem; somente com a constante disposição para mudar de ideia e recomeçar pode-se confiar a eles um poder tão grande quanto o de começar”
(ARENDDT, 2019, p. 298),

Consideramos que as ações do sujeito são tentativas de organizar seu mundo afetivo; seus modos de significar são modos singulares de expressar sua disposição em organizar-se no mundo

cultural. Manejando diversos ou limitados canais de expressão, o sujeito é um ator frente aos limites e possibilidades dos contextos culturais.

Para nós, o sujeito é uma resistência frente aos limites da expressão e um artífice no campo da significação. Paradoxalmente, são sujeitos aqueles que produzem os discursos de ódio e organizam formas discursivas de resistir com a violência dos conteúdos neles embutidos. A constituição do sujeito nestas malhas de significação não implica sempre na conquista da autonomia, da singularidade de uma voz que declara seu saber sobre a experiência vivida. Alguns sujeitos assujeitam-se aqueles que ocupam a posição de liderança e deixam-se conduzir na estabilidade que o pertencimento grupal permite e oferece aos membros de grupos e comunidades.

As publicações no mundo virtual guardam intersecções subjetivas e, também, podem anular subjetividades num caldo comum onde se verificam dificuldades em perceber os sujeitos em suas singularidades, mas frequentemente amalgamados no tom afetivo com que se configuram determinados discursos e imagens curtidas e/ou compartilhadas.

Numa perspectiva ética devemos nos perguntar: o que faremos com as palavras ditas e imagens efetivadas, conotadas, nestas tramas de significação, na medida em que por nós dirigidas encontram eco e amparo nas interações com outros sujeitos? Até quando insistiremos em tratar deste “admirável e assustador mundo novo”, como cunhou Huxley, enquanto uma ameaça representada por uma “inteligência artificial” se, claramente, são as coisas humanas, as ações humanas, os afetos humanos, que dominam nosso modo de perceber e viver a realidade da vida?

Não há conclusão possível para um processo histórico em curso que teima em não se submeter as nossas vontades de estancar a tensão, o desconforto e o medo diante da ameaça que o outro pode representar. Não é possível pensar em uma conclusão para o que foi dito antes, tampouco para prever desfechos de cenários contemporâneos quando tratamos as redes sociais digitais como meros instrumentos que subvertem nossa humanidade ou nos tiram da convivência cotidiana dos “verdadeiros encontros humanos travados no cotidiano”. Optar por não participar deste cenário poderia ser uma escolha, desde que estas outras possibilidades de participação no debate público não estivessem a todo instante demonstrando sua potência criadora e destruidora da realidade como uma referência, paradoxalmente, comum para uns e estranha para outros em ocupar, preservar e destruir a vida pública. Enquanto não formos capazes de avançarmos em estratégias de comunicação mais eficientes, estruturando contradiscursos que não tomem todos os nossos interlocutores como subjetivamente inferiores, em um status moral degradado em relação a nossa suposta superioridade, fracassaremos em qualquer ação de seguirmos rumos a cenários em que se preservem não apenas a liberdade de expressão, mas a dignidade inerente a nós mesmos e ao outro.

Referências

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.
- ALMEIDA, Thais; NAKAMURA, Fabíola; NAKAMURA, EDUARDO. Uma abordagem para identificar e monitorar haters em redes sociais online. *Anais do XXIII Simpósio Brasileiro de Sistemas Multimídias e Web*. Disponível em: <http://www.inf.ufrgs.br/webmedia2017/wp-content/anaiswebmedia/files/wtd/wtd7.pdf>. Acesso em: 29 de março de 2023.
- AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Caracterização jurídica da dignidade da pessoa humana. *Revista da Faculdade de Direito USP*. São Paulo, 7, 2002, p. 107-125. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-8235.v97i0p107-125>. Acesso em: 01/04/2023.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro. Jorge Zhar Editora; 1999.
- FREY, Luci Ribeiro. *A trajetória do estranho: percepção e compreensão do estranho na teoria social contemporânea*. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) Unicamp, 2003. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281478/1/Frey_LuciRibeiro_M.pdf Acesso em: 01 nov. 2022.
- LIBARDI, Guilherme. A misoginia online mediada por comentários no Youtube: um estudo comparativo ente os rastros nos vídeos de Mc Guimê e Mc Pocahontas. *Revista Ártemis*. João Pessoa, 20, 2015, p. 180-186. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/27057> Acesso em: 29 de março de 2023.
- MACEDO, Karen Tank Mercuri. *Linchamentos virtuais: paradoxos nas relações sociais contemporâneas*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais). UNICAMP, Faculdade de Ciências Aplicadas, 2016. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/321038/1/Mercuri_KarenTank_M.pdf Acesso em: 25 nov. 2022.
- MALINI, Fabio; ANTOUN, Henrique. Monitoramento, vazamentos e anonimato nas revoluções democráticas das redes sociais. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*. São Leopoldo, 14, (2), 2012, p. 68-76. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2012.142.01>. Acesso em 02 de abril de 2023.
- MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, v. 15, n. 2, p. 320-332, mar. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/4mNCY5D6rmRDPWXtrQQMyGN/?lang=pt#>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- NUNES, Gislaine Silveira. *Disseminação do ódio nas redes sociais: análise dos comentários nas páginas do Movimento Brasil Livre e Revoltados Online*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. UFRGS, 2015. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/135420> Acesso em: 29 dez. 2022.

PAULY, Mirele Dourado. *O discurso do ódio: a cultura do medo e a influência midiática sobre a (in)efetividade dos direitos fundamentais*. 2015. 143 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/136020> Acesso em: 12 dez. 2022.

PEREIRA, Luis Ismael; CALDAS, Camilo Onoda Luiz. O fenômeno shitstorm: internet, intolerância e violação de direitos humanos. *Interfaces Científicas: humanas e sociais*. 6 (1), Aracaju, 2017, p. 123-134. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/humanas/article/view/3540>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SANTOS, Marcelo dos. Os Haters políticos: monitoramento e mapeamento dos hubs de oposição e do discurso do ódio no Facebook. *Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Foz do Iguaçu, 2014. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-0493-1.pdf> Acesso em: 217 nov. 2022.

SANTOS JÚNIOR, Marcelo Alves dos. A rede de oposição radical no Facebook: cartografia e apontamos sobre os haters políticos. *Revista de Estudos da Comunicação*. Curitiba, 15 (38), 2014, p. 309-324. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/estudosdecomunicacao/article/view/22470>. Acesso em: 08 dez. 2022.

STAROBINSKI, É possível definir o ensaio? *Remate de Males*. Campinas, 31, (1-2), 2011, p. 13-24. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636219>. Acesso em: 29 mar. 2023.

VALSINER, Jaan. *Fundamentos de uma psicologia cultural: mundo da mente, mundos da vida*. Porto Alegre: Artmed, 2012.